



ACÓRDÃO Nº413/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11856/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL .
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Elvys Damasceno Nascimento (Ordenador de Despesa), Sildomar Abtibol (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-MA.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2503/2018-DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL, no período de 01.01.2015 a 28.04.2015, sob a responsabilidade do **Sr. Elvys Damasceno Nascimento**, Secretário da SEMJEL, com fulcro no art. 1º, II da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 5º II da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Elvys Damasceno Nascimento**, Secretário da SEMJEL no período de 01.01.2015 a 28.04.2015, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE -, em razão das impropriedades elencadas no item 1 - subitens 1.1 (1.1.1, 1.1.2), 1.2 (1.2.1), e 1.3 do Relatório/Voto -, referentes às impropriedades elencadas nos subitens 1.1.1, 1.1.2, 1.2.1 e 2.1 do Relatório Conclusivo n.º 06/2018 - DICAD.



ACÓRDÃO Nº413/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Julgar irregular a Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer – SEMJEL, no período de 28.04.2015 a 31.12.2015, sob a responsabilidade do **Sr. Sildomar Abtibol**, Secretário da SEMJEL, com fulcro no art. 1º, II da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 5º II da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM;

10.4. Aplicar Multa ao **Sr. Sildomar Abtibol**, Secretário da SEMJEL no período de 28.04.2015 a 31.12.2015 - no valor de **R\$ 17.536,50** (dezesete mil, quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos) - que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE - em razão da manutenção das impropriedades elencadas nos itens 2 - subitens 2.1 (2.1.1, 2.1.2), 2.2 (2.2.1, 2.2.2), 2.3 (2.3.1, 2.3.2), 2.4 (2.4.1), 2.5 (2.5.1, 2.5.3), 2.6 (2.6.1, 2.6.2) - 3, 4, 5, 6 e 7 do Relatório/Voto, referentes Às impropriedades elencadas nos subitens 1.1.1, 1.1.2, 1.2.1, 1.2.2, 1.3.1, 1.3.2, 1.4.1, 1.5.1, 1.5.3, 1.6.1, 1.6.2, 2.1, 3.1, 5.1, 7.1 e 8.1 do Relatório Conclusivo n.º 16/2018 - DICAD-MA.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.5. Recomendar a Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL para que tome providências no sentido de:

a) Realizar o devido controle e organização das informações referentes aos processos administrativos, incluindo os contratos firmados pela SEMJEL;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº413/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- b) Realizar o respectivo processo de tombo e a contabilização dos mesmos nos Demonstrativos Contábeis e Financeiros;
- c) Detalhar com o nome, quantitativo e localização atual dos bens e materiais constantes em rubricas genéricas;
- d) Cumprir as normas relacionadas às obrigações legais previdenciárias instituídas, em especial com relação à observância dos prazos para recolhimentos dos valores previdenciários devidos ao INSS;
- e) Acompanhar e controlar os contratos a serem firmados futuramente, em cumprimento ao que estabelece o art. 60, caput, da Lei nº 8.666/93;
- f) Fazer Relatórios, ainda que estimativos, dos gastos com combustíveis nos finais de semana, informando pormenorizadamente a que atividades os veículos abastecidos foram encaminhados, tempo de duração e trajeto total do deslocamento por eles realizados.

11- Ata: 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Maio de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA

Procurador-Geral, em substituição